

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

S.D.M.S.A-SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL S.MARIA

Rua da Boa Nova 19-29 - Apartado 20 Vila do Porto 9580 - VILA DO PORTO

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

DATA

Saída / 1305 / 2012

30/04/2012

ASSUNTO: RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2011

Conforme V/ ofício ref.ª 734 datado de 20 de abril de 2011, sobre o assunto designado em epígrafe, informa-se V.ªs Ex.ªs que esta Câmara Municipal na sua reunião extraordinária do dia 24 de abril de 2012, deliberou, o seguinte:

"Considerando o disposto nos Estatutos da Empresa, alínea d) do art.º 16º e na alínea a) do nº 2 do art.º 39º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprova o regime jurídico do sector empresarial local, compete à Câmara Municipal aprovar as contas da entidade.

A Câmara Municipal após a análise dos documentos e no cumprimento do disposto na legislação supra referida, por unanimidade deliberou:

- a) Aprovar o Relatório de Gestão e Contas de 2011 da empresa municipal S.D.M.S.A. – Sociedade de Desenvolvimento Municipal da Ilha de Santa Maria, EEM;
- Tomar conhecimento do parecer do Fiscal Único e da Certificação Legal das Contas do exercício de 2011;
- c) Concordar com a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão, a qual se consubstancia, e atento ao Resultado Líquido do Exercício de 2011 de 30.538,69 €, na aplicação deste montante em:



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

- 4.000,00 € para reservas legais (13%).
- 26.538,69 € para resultados transitados (87%).

Mais deliberou remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

Nelson Filipe Pereira da Silveira



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

CÓPIA DE PARTE DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA DO PORTO REALIZADA A 24 DE ABRIL DE 2012
«RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2011 DA S.D.M.S.A SOCIEDADE DE
DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DA ILHA DE SANTA MARIA, EEM: Presente Relatório de
Gestão e Contas de 2011, da empresa municipal S.D.M.S.A Sociedade de Desenvolvimento
Municipal da Ilha de Santa Maria, EEM, referente à sua actividade económica e financeira no
exercício de 2011, acompanhado do Relatório e Parecer do Fiscal Único e da Certificação Legal
de Contas
Considerando o disposto nos Estatutos da Empresa, alínea d) do art.º 16º e na alínea a) do nº
2 do art.º 39º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprova o regime jurídico do sector
empresarial local, compete à Câmara Municipal aprovar as contas da entidade
A Câmara Municipal após a análise dos documentos e no cumprimento do disposto na
legislação supra referida, por unanimidade deliberou:
a) Aprovar o Relatório de Gestão e Contas de 2011 da empresa municipal S.D.M.S.A
Sociedade de Desenvolvimento Municipal da Ilha de Santa Maria, EEM
b) Tomar conhecimento do parecer do Fiscal Único e da Certificação Legal das Contas do
exercício de 2011;
c) Concordar com a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão,
a qual se consubstancia, e atento ao Resultado Líquido do Exercício de 2011 de
30.538,69 €, na aplicação deste montante em:
• 4.000,00 € para reservas legais (13%)
• 26.538,69 € para resultados transitados (87%)
Mais deliberou remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal.»
Está conforme o original
Paços do Município de Vila do Porto, 24 de abril de 2012
O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira
Notes tille Vanis la Sha Z





Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto

Largo de Nossa Senhora da Conceição 9580 Vila do Porto

Vila do Porto, 20 de abril de 2012

N/Ref. 734

Assunto: Envio de relatório de gestão e contas 2011

Vimos por este meio remeter a V. Exas. o relatório de gestão e contas 2011 da S.D.M.S.A., E.E.M., para aprovação nos termos do artigo 16º d) dos Estatutos desta empresa.

Agradecemos desde já toda a atenção dispensada.

a) Aprivaz o Relativio de Gertas, Contas de 2011 da empreso muncipar dade de deservolus prento Municipal da ilho de Santa Morier, CEM; 5) Tomas contreismento de penerez de Fixal Unito e da Centificação legal das « Converdor com a proporte de aplicação de remltados contente la Estatoio de Gatas, a qual x commentamia, e atento ao Remltado Ciguido do Grendero de 7011 de 30.53×69€, ma aplicação terte puritante son: 4000,00€ fara nexeros legais, (13); 26-538,69€ para remltados fermitados formitados per estados perestados Pais delisero, here ten a punite deliserajo à

1) perf



Relatório de Gestão e Contas 2011

Vila do Porto, 20 de Março de 2012

Loef A

Índice

I - Relatório de gestão

II - Balanço

III - Demonstração dos resultados por naturezas

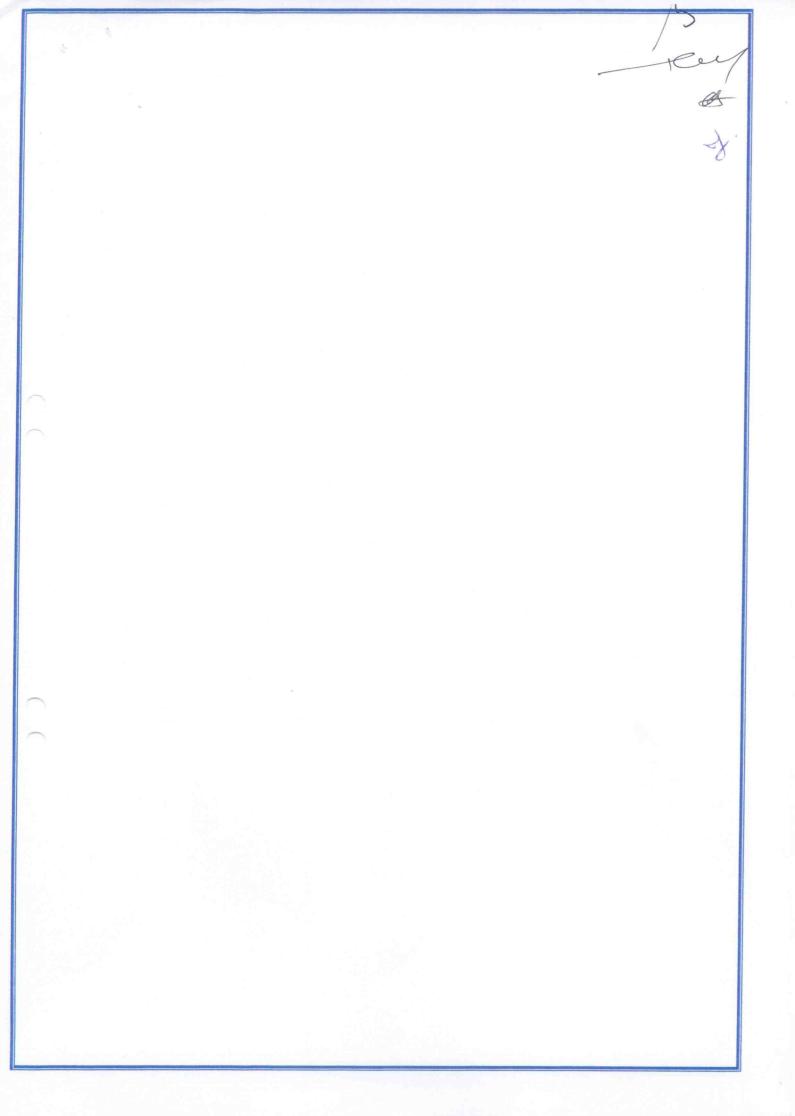
IV - Demonstração das variações no capital próprio

V - Demonstração dos fluxos de caixa

VI – Anexo às demonstrações financeiras

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

VIII - Certificação Legal de Contas



July of





Relatório do Conselho de Administração

X

De acordo com as exigências legais e estatuárias, apresenta o Conselho de Administração da S.D.M.S.A., E.E.M. o seguinte Relatório de Gestão, referente ao exercício de **2011**.

1- ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

As projeções do Banco de Portugal apontam para uma contração da economia portuguesa em 2011, de -1,6% do PIB e em 2012 de -3,1% do PIB, seguida de uma possível estagnação em 2013. Esta contração da atividade económica, a qual não tem precedente na economia portuguesa, traduz uma queda significativa da procura interna, tanto pública como privada, num quadro de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos básicos. A forte contração da procura interna deverá ser acompanhada por um crescimento significativo das exportações, o qual será manifestamente insuficiente para compensar o impacto do ajustamento dos níveis de procura por parte dos agentes residentes, num quadro de desalavancagem do setor privado e de consolidação orçamental.

No quadro da crise da dívida soberana na área do euro, a economia portuguesa intensificou em 2011 o inadiável processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos. Estes desequilíbrios tinhamse traduzido em necessidades de financiamento externo persistentes e elevadas e, consequentemente, numa trajetória insustentável da posição de investimento internacional na economia portuguesa.

Num contexto de fortes tensões nos mercados financeiros internacionais, estes desequilíbrios constituem uma acrescida vulnerabilidade da economia portuguesa, contribuindo para a perda de acesso do setor público e, em consequência, do setor bancário – a financiamento de mercado em condições regulares. Deste modo, o Estado português solicitou no início de 2011, a assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia. Este pedido deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), em que o Governo de Portugal se comprometeu a adotar medidas de ajustamento dos desequilíbrios



Let A

macroeconómicos e de caráter estrutural. Estas medidas visam assegurar condições indispensáveis ao aumento do potencial de crescimento da economia portuguesa e permitir um padrão de crescimento sustentável face ao novo quadro de funcionamento dos mercados financeiros internacionais, mas terão um inevitável efeito contracionista no curto prazo. Assim, para o período 2011-2013 espera-se uma contração sem precedentes da atividade económica e da procura interna, acompanhada de uma redução substancial do desequilíbrio externo da economia portuguesa.

Atendendo ao nível de endividamento externo atingido, basta referir que em 1995 a dívida líquida externa de Portugal era de 7% do PIB e em 2010 este indicador representava 109% do PIB, ou seja 15 vezes superior ao valor de 1995, pelo que, neste contexto, a redução da procura interna torna-se necessária para assegurar as condições de solvabilidade externa da economia portuguesa e terá com certeza uma magnitude sem precedentes. O seu impacto sobre a atividade económica dependerá em larga medida do enquadramento externo da economia portuguesa. Em 2012 espera-se um abrandamento do crescimento económico mundial, em particular na área do euro, num contexto de recrudescimento das tensões financeiras internacionais, largamente determinado pela recente intensificação da crise da dívida soberana na área do euro e pela necessidade de consolidação orçamental em diversas economias avançadas.

Ao nível interno, a atual situação está fortemente condicionada pela adoção de medidas de consolidação Orçamental no âmbito do Orçamento de Estado para 2012 (OE2012). Refira-se que o cumprimento dos objetivos orçamentais para 2011 apenas foi atingido pelo recurso significativo a medidas de caráter auto reversível. Em particular, destaquese a transferência parcial dos fundos de pensões do setor bancário para a Segurança Social, a qual implica um aumento da despesa futura em pensões a cargo do Estado.

Adicionalmente, a prossecução óbvia do processo de desalavancagem do setor bancário e a redução dos níveis de endividamento dos agentes privados, irão constituir parte integrante do processo de ajustamento da economia portuguesa nos próximos anos, pelo que se traduzirá numa menor circulação da massa monetária, tornando-se o crédito à economia altamente seletivo, restritivo e caro.





2 - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

A "S.D.M.S.A.- Sociedade de Desenvolvimento Municipal da Ilha de S. Maria" EEM, Pessoa Colectiva com o número 509 374 255, com sede no Largo Mossa Senhora da Conceição, freguesia de Vila do Porto, Concelho de Vila do Porto teve o seu início de actividade em meados de 2010, tendo como objecto a concepção, construção de diversos empreendimentos públicos na ilha de S. Maria, bem como a gestão de diversos equipamentos municipais, sendo que no seu objecto, definido nos estatutos da SDMSA EEM, poderá por si só, ou com terceiros, desenvolver as seguintes actividades:

"Desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração das áreas de desenvolvimento urbano prioritárias; a requalificação urbana e ambiental, a construção e gestão de habitação social, a construção de vias municipais, a construção, gestão e exploração de sistemas de abastecimento de águas e de resíduos sólidos, a construção, gestão e exploração de equipamentos desportivos, turísticos, culturais, educativos e de lazer, a promoção de eventos culturais, bem como desenvolvimento, implementação e gestão de actividades conexas"

Em complemento das actividades supra mencionadas, a "SDMSA E.E.M.". "Poderá exercer directamente ou em colaboração com terceiros actividades acessórias ou subsidiárias do seu objecto principal ou relativas a outros ramos de actividade conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do objecto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis."

Como já foi referido, a empresa municipal foi criada com o objectivo de conceber e executar projectos de desenvolvimento e gerir equipamentos públicos. Assim, o principal objectivo desta empresa é o de potenciar o desenvolvimento integrado de projectos e construção de diversas infra-estruturas de interesse municipal, cuja gestão e optimização de recursos seja mais consentânea com gestão empresarial dos mesmos, por um lado, e por outro a execução de projectos que, sendo ou não possível o recurso a fundos comunitários (pro-convergência), possam ser desenvolvidos por esta empresa com recurso a financiamento bancário, tendo sempre subjacente a legislação que regula o Sector Empresarial Municipal (lei 53-F/2006)



Jeers of

Neste âmbito, os diversos Equipamentos Coletivos que já estão a ser construídos e os que se pretendem implementar no Concelho, para os quais já estão a ser desenvolvidos os respectivos projetos, através da S.D.M.S.A. EEM são de manifesto interesse turístico e económico para a ilha de S. Maria, uma vez que permitirão oferecer uma mais-valia na oferta e diversidade de equipamentos colectivos, quer para quem visita do exterior o concelho, quer para os residentes, permitindo a execução num curto prazo de tempo de infra-estruturas necessárias para o incremento económico de S. Maria bem como, potenciar a oferta e diversidade na qualidade de equipamentos numa ilha longe dos grandes centros urbanos, onde a componente pública tem um papel supletivo á actividade económica e social, sendo preponderante e fundamental para o desenvolvimento local.

Os projectos de investimento da S.D.M.S.A. EEM reflectem também a preocupação de criar algo de novo no contexto socioeconómico da ilha.

Assim, o Plano de investimentos tem como objectivo levar a cabo investimentos nos seguintes empreendimentos:

Remodelação do Mercado municipal Vila Po	***
	7110
Com plexo Desportivo-Cam po de Ténis	
Com plexo Desportivo/ilum inação	
Parque Industrial	ETERLE ETER
Repavim entação das Estradas Municipa Santana, Ginjal/Quatro Canadas , Rua do No da Lomba, Brejo de Baixo, Praia/Fonte Jorda , Forno e Norte	orte , Bairro Novo
Estacionam ento da Praça do Municipio	
Parque de Cam pism o	Made Services
Parque de estacionam ento Biblioteca	
Repavimentação das Estradas Municipa Piquinhos/Gloria	is de S. Maria
Requalificação de Passelos e pavimento Municipais da Rua Dr. Manuel Monteiro Estrada de Cima do Aeroporto, Rua do Nort Lomba e Ginjal.	Velho Arruda
Ciclovia de S. Maria- Rua do Aeroporto	
Instalação dos Painles Solares no Com ; Municipal	plexo Desportivo
instalação da lium inação dos cam pos de tér Desportivo M unicipal	nis no Complexo
Melhoramentos dos equipamentos e Complexo Desportivo Municipal	instalação no
Melhoramentos dos equipamentos e insta de Campismo	alação no Parque
Reabilitação do Edificio para - o futuro Centi Municipal	ro Administrativo



leed of

Explanados que são os objectivos da SDMSA EEM durante o ano de 2011, foram iniciadas e executados os seguintes empreitadas;

Remodelação do Mercado municipal Vila Porto	
Complexo Desportivo- Campo de Ténis	
Complexo Desportivo/iluminação	
Repavimentação das Estradas Municipais de S. M. Santana, Ginjal/Quatro Canadas, Rua do Norte, Bairro M. da Lomba, Brejo de Baixo, Praia/Fonte Jordão,Lapa/feteir, Forno e Norte	lovo
Parque de Campismo	

Ao nível da Gestão dos equipamentos municipais, a S.D.M.S.A. EEM desenvolveu a sua actividade na gestão do Complexo Desportivo Municipal, do Mercado Municipal e do Parque de Campismo sendo estes 3 pólos os grandes consumidores dos recursos materiais e humanos da empresa durante o ano de 2011.

Igualmente a SDMSA EEM por incumbência delegada pelo Municipio, durante o ano de 2011 promoveu um conjunto de actividades lúdicas, projectando a ilha de S. Maria quer a nível regional quer a nível nacional, com a realização de dois grandes eventos considerados estruturantes para a promoção da Ilha no exterior, que são as festas de S. João, 15 de Agosto e Maré e Fim de Ano.".

As actividades desenvolvidas pela SDMSA EEM, estão consubstanciadas num plano de actividades plurianual e num orçamento anual, aprovados pela tutela

3 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes a 31 de Dezembro de 2011 e até à presente data que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício de 2011.



leed &

4 - EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

A Administração considera que a Empresa Municipal pode e deve ser aproveitada na sua plenitude para a maximização dos recursos disponíveis, de forma a colocar a SDMSA EEM ao serviço da população local, oferecendo um serviço de qualidade impar no contexto regional e local. Assim, o ano de 2012 consolidar-se-á o novo ciclo iniciado em 2010, com as atribuições delegadas à empresa, como sejam;

- Continuação da Promoção turística e económica da ilha de S. Maria
- Em 2012 proceder-se-á ao lançamento dos concursos para a execução das empreitadas;

Esta	cionamento da Praça do Municipio
	ivimentação das Estradas Municipais de S. Maria inhos/Gloria
Muni Estra	ualificação de Passeios e pavimentos das Estradas icipais da Rua Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda ada de Cima do Aeroporto, Rua do Norte, Bairro Novo d ba e Ginjal.
Insta Muni	ilação dos Painies Solares no Complexo Desportivo icipal
	lação da lluminação dos campos de ténis no Complexo ortivo Municipal
	oramentos dos equipamentos e instalação no plexo Desportivo Municipal
	oramentos dos equipamentos e instalação no Parque ampismo
Reab Muni	ilitação do Edificio para o futuro Centro Administrativo cipal

Ao nível de recursos humanos, a empresa conta atualmente com 13 Colaboradores (sendo que , os quais permitem a operacionalização das funções delegadas pela tutela.

Relativamente à gestão dos equipamentos municipais, a SDMSA EEM continuará a desenvolver a sua actividade na gestão dos equipamentos atrás referidos

O Conselho de Administração é composto por 3 elementos, o qual reúne ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, para acompanhar a gestão da Empresa Municipal, da Sociedade, bem como avaliar, acompanhar e decidir sobre a execução dos projectos de investimento.





5 - BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA **EMPRESA**

A empresa tem cumprido a regra do equilíbrio de exploração, situação esta obrigatória ao abrigo da Lei 53-F /2006 de 29 de Dezembro, mantendo-se na sua exploração perfeitamente equilibrada, conforme provam os elementos contabilísticos e financeiros. Convêm referir os seguintes elementos constantes dos balanços e demonstrações de resultados reportados a 31 de Dezembro de 2011.

Activo líquido: 4.882.790,78 Euros

Endividamento bancário: 4.361.800,00 euros.

A empresa para cobrir os custos de exploração recebeu da tutela o valor de 488 mil euros, permitindo assim manter a regra do equilíbrio de exploração consubstanciada no artigo 31º na Lei-53/2006

6 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

7 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Foi apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, um resultado líquido de 30.538,69 euros.

É proposto pelo Conselho de Administração a aplicação dos resultados líquidos do exercício em:

- 4.000,00 Euros para reservas legais (13,09%).
- 26.538,69 Euros para resultados transitados (86,91%).





Como nota final, a Administração aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionam.

Vila do Porto, 20 de Março de 2012

8

of

Level &

Balanço

RUBRICAS		NOTA	21 24 2	E	
ACTIVO		NOIA	31 Dez 201	1 31 Dez 201	
Activo não corrente					
Activos fixos tangíveis					
Activos intangiveis		5	641.990,6	5 110 107	
Outros activos financeiros		6	516.2		
Activos por impostos diferidos			310,2	993,4	
por impostos dileidos					
Activo corrente			642.506.85	111 100 4	
Clientes			- 12.000,00	111.180,4	
		7	40.000.44		
Estado e outros entes públicos		8	16.652,16		
Outras contas a receber Diferimentos		9	43.308,96	1	
		10	55.060,50		
Caixa e depósitos bancários		4	7.299,89		
T-6-1 d		4	4.117.962,42		
Total do activo			4.240.283,93		
CARITAL BRÉSSIO			4.882.790,78	4.597.762,59	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital próprio					
Capital realizado					
Reservas legais		11	50.000.00	50.000,0	
Outras resenas		12	2.054,33	55.000,00	
Resultados transitados				1	
Outras variações no capital próprio		13	18.488,98		
	ĺ				
Resultado líquido do periodo	1		70.543,31	50,000,00	
nteresses minoritários	Georgia Control		30.538,69	20.543,31	
	1	Γ		20.010,01	
otal do capital próprio	- 1	-	404 000 00		
	1	-	101.082,00	70.543,31	
Passivo	1				
assivo não corrente	-				
Provisões	1	1			
Financiamentos obtidos					
Passivos por impostos diferidos		14	4.361.800,00	4.361.800,00	
Outras contas a pagar	- 1				
	1				
ssivo corrente			4.361.800,00	4.361.800,00	
omecedores					
stado e outros entes públicos	and the same of th	15	36.027,99	36.648,20	
inanciamentos obtidos		8	3.974,76	5.942,29	
Outras contas a pagar					
iferimentos	Month	16	379.906,03	122.828,79	
al do passivo	- Control		419.908,78	165.419,28	
al do capital próprio e do passivo			4.781.708,78	4.527.219.28	
			4.882.790,78	4.597.762,59	

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Eguiel Areing

III – Demonstração dos resultados

17 Rej



Demonstração dos Resultados

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2011	31 Dez 2010
Vendas e serviços prestados	17	90.990,77	63.605,27
Subsídios à exploração	18	488.000,00	285.000,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend.conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorías vendidas e das matérias consumidas	19	-7.061,16	
Fornecimentos e serviços externos	20	-314.541,06	-210.619,34
Gastos com o pessoal	21	-204.891,67	-112.470,68
Imparidade de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dividas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	22	1.711,35	299,52
Outros gastos e perdas	23	-3.441,19	-404,69
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	and the same of th	50.767,04	25.410,08
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	24	14 034 00	4 763 90
	24	-14.034,99	-1.763,88
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		36.732,05	23.646,20
Juros e rendimentos similares obtidos	1		
Juros e gastos similares suportados	25	-10,25	
Resultado antes de impostos	ŀ	36.721,80	23.646,20
	1		
Imposto sobre o rendimento do período	8	-6.183,11	-3.102,89
*			
Resultado líquido do período		30.538,69	20.543,31

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Admihistração

Ecquiel Arenifo

of

IV – Demonstração das variações no capital próprio

Joey Congression of the Congress

of

IV – Demonstração das variações no capital próprio



Demonstração das Alterações do Capital Próprio

									Euros
			Capital Pri	óprio atribuí	do aos detento	res do capital da	empresa-māe		
DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Própri
Posição no início de 2010 Primeira adopção de novo referencial contabilístico Saldo inicial reexpresso Alterações no Período Primeira adopção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Aplicação dos resultados de 2010 Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio	da d								
	2								
Control of the Art of the Control of	3							20.543,31	The second second
Resultado Integral 4 = 2+	3							20.543,31	20.543,3
Operações com Detentores de Capital no Periodo Realizações de capital Realizações de prémios de emissão Distribulições Entradas para cobertura de perdas		50.000,00							50 000,01
Outras operações		50,000,00							50.000.00
Posição no fim de 2010 = 1+2+3+		50.000,00	***************************************		-			20.543,31	70.543,31
77273	1	50.000,00						20,0 10,0	70,240,0
Posição no início de 2011	6	50,000,00	r		r		· •	20.543,31	70.543,31
Alterações no Período Primeira adopção de novo referencial contabilistico Alterações de políticas contabilisticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Aplicação dos resultados de 2010 Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio	12 e 13		2 054,33		18 488,98			-20 543,31	0,00
			2.054,33		18,488,98			-20.543,31	0,00
Resultado Líquido do Período							T T	30,538,69	30.538,69
Resultado Integral 9 = 7+1								9.995,38	30,538,69
Operações com Detentores de Capital no Período Realizações de capital Realizações de prémios de emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações								9944000 BB 3 A B 1 Charge - 1 B 1 B 1 B 1 B 1 B 1 B 1 B 1 B 1 B 1	
10									
Posição no fim de 2011 6+7+8+10		50.000,00	2.054,33		18,488,96			30,538,69	101.082,00

O Técnico Oficial de Contas

D Conselho de Administração

Ecquiel Sreeijo

J

V – Demonstração dos fluxos de çaixa

Recep

Demonstração dos Fluxos de Caixa



			Euros
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2011	31 Dez 2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimento de clientes		124.875,08	13.068,80
Pagamentos a fornecedores		-322,222,43	-171.687.79
Pagamentos a romecedores Pagamentos ao pessoal		-211.119.65	-112.470,68
Caixa gerada pelas operações		-408.467,00	-271.089,67
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-5.037,58	-271.005,01
Outros recebimentos / pagamentos		659.524,44	390.048,47
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		246.019,86	118.958.80
ridxos de Caixa das actividades operacionais (1)		240.013,00	110.230,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-207.532,23	-4.735,18
Activos intangíveis			-1.431,85
Investimentos financeiros			
Outros activos		-337.829,18	-107.277,55
		-545.361.41	-113,444,58
Recebimentos provenientes de:	1		
Activos fixos tangíveis			
Activos intangiveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsidios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Divide 1003	1	0.00	0.00
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)	ı	-545.361,41	-113.444,58
,			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			4.361.800,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			50.000,00
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Contact Sportages of Managamonic		0,00	4.411.800,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	- 1		
Juros e gastos similares		-10,25	
Dividendos		10,20	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		0,00	
Outras operações de inigireignente	-	-10.25	0.00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	1	-10,25	4.411.800,00
i invog de caiva das actividades de ilitaliciquento (2)	-	-10,23	4.411.000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	-	-299.351,80	4.417.314,22
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do periodo		4.417.314,22	0,00
Caixa e seus equivalentes no inicio do período Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4.117.962,42	4.417.314,22
outra e sons edutationes no un ao benono	7	T. 111.JUL, TL	7.712000

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Requiel Areeijo

of

VI – Anexo às demonstrações financeiras

12 Roy



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

of

1. Nota introdutória

A "SDMSA - Sociedade de Desenvolvimento Municipal da Ilha de Santa Maria, EEM", adiante designada por "SDMSA" é uma Entidade Empresarial Municipal (EEM) constituída em 30 de Março de 2010. A empresa tem sede no Edificio Paços do Concelho, Vila do Porto. O capital social ou estatutário é de 50,000,00€, e encontra-se integralmente subscrito e realizado pela Câmara Municipal da Vila do Porto, NIF 512063770.

A SDMSA tem por objecto o desenvolvimento, implementação, construção e exploração das áreas de desenvolvimento urbano prioritárias, a requalificação urbana e ambiental, a construção e gestão de habitação social, a construção de vias municipais, a construção e gestão de sistemas de abastecimento de águas e residuos sólidos, a construção, gestão e exploração de equipamentos desportivos, turísticos, culturais, educativos e de lazer, a promoção e desenvolvimento urbanístico e imobiliário de parques imobiliários, a promoção de eventos culturais, bem como o desenvolvimento, implementação e gestão das actividades conexas. Em complemento das actividades previstas anteriormente, a empresa poderá exercer directamente ou em colaboração com terceiros actividades acessórias ou subsidiárias do seu objecto principal ou relativas a outros ramos de actividades conexos, incluindo a prestação de serviços, que não prejudiquem a prossecução do objecto e que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos.

2. Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF")

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas e o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas. As Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) foram adoptadas pela primeira vez em 2010, em virtude da constituição da empresa se ter efectivado a 30 de Março do referido ano.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC,

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.3. Pressupostos da especialização do Exercício

A SDMSA regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos,

As diferenças temporárias entre os montantes financeiros e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 9 e 14).



3.4. Activos fixos tangíveis

Todos os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rúbricas	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 - 12
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros activos fixos tangíveis	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são deprecíados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilistico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa e depósitos à ordem em bancos.

3.6. Clientes e outras contas a receber

As contas de "Clientes" e "Outras contas a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', de modo a que as mesmas reflictam a sua quantía recuperável.

3.7. Capital social

O capital social ou estatutário está classificado em capital próprio. O mesmo encontra-se expresso em valor realizado pelos participantes ou accionistas.

3.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do ano compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com situações que sejam reconhecidas directamente nos capitais próprios.

O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais. Os impostos diferidos respeitam às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto conhecida à data do relato financeiro e que se estima que será aplicável na data da sua realização ou do seu pagamento.

3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Jagu



3.10. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. A SDMSA reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A SDMSA baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a específicidade de cada acordo.

Os rendimentos das vendas e da prestação de serviços são reconhecidos na data efectiva das mesmas.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados em Investimentos em curso no Balanço de acordo com o regime do acréscimo em virtude de serem referentes ao empréstimo contraído para financiar as obras em curso.

Os empréstimos são classificados como passivos não correntes, uma vez que está estipulado contratualmente a carência parcial de capital de por um prazo de 48 meses.

3.12. Subsídios

Os subsídios do governo ou de outras entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantía suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de activos fixos tangíveis estão registados em "outras variações de capital próprio" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento da sua actividade, sendo os mesmos reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento do recebimento do subsídio.

3.13. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

3.14. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa, Caixa e depósitos bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, "caixa e seus equivalentes" inclui numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo. À data de relato financeiro não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso. A quantia escriturada e movimentos do período de caixa e seus equivalentes decompõem-se conforme se apresenta:

Rúbricas	01-Jan-2011	Debito	Credito	31-Dez-11
Caixa	326,92	643.615,37	643.604,57	237,72
Depósitos à ordem	4.416.987,30	6.999.728,04	11.198.990,64	217.724,70
Depósitos à prazo		9.740.000,00	5.840.000,00	3.900.000,00
Outras				
	4.417.314,22	17.383.343,41	17.682.595,21	4.117.962,42

Shell



5. Activos fixos tangíveis

A rubrica "Activos fixos tangíveis" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2010 e 2011:

en vi de pezembro do mio de 2010 e 2011.

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-10	Aquisições / Dotações	Alionações	Transferências / Abeics	Revalorizações	Saldo cm 3 l-Dc/-10	ValorLiquido
Custo:			10000000 10000 10000 10000 10000 10000 10000 10000 10000 10000 10000 10000 10000 10000 10000 10000 10000 10000				
Terrenos e Recursos Naturais							
Edificios e outras construções						denta	
Equipamento básico		150,68				150,68	131,85
Equipamento de transporte						1	
Equipamento biológico						1	
Equipamento administrativo		4.464,50				4,464,50	3,162,88
Outros activos fixos tangiveis		120,00		1		120,00	115,00
Investimentos em curso		106.777,28				106,777,28	106.777,28
		111,512,46				111.512,46	110,187,01
Depreciações acumuladas							***************************************
Terrenos e Recursos Naturais						1	
Edifícios e outras construções							
Equipamento básico		18,83				18,83	
Equipamento de transporte							
Equipamento biológico		1			The state of the s		
Equipamento administrativo		1.301,62				1.301,62	
Outros activos fixos tangiveis		5,00				5,00	
		1.325,45				1.325,45	

31 de Dezembro de 2010

31 de Dezembro de 2011

Rúbneas	Saldo em Ol-Jan-ji	Agusições / Dotações	Alienações	Transferências / Abates	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-11	Valor Liquido
Custo;							
Terrenos e Recursos Naturais							
Edifícios e outras construções				143991,47		143991,47	140391,68
Equipamento básico	150,68	7925,35				8076,03	7502,45
Equipamento de transporte		12500,00				12500,00	9375,00
Equipamento biológico						1	
Equipamento administrativo	4464,50	3151,78				7616,28	4131,13
Outros activos fixos tangíveis	120,00	39963,63				4.0083,63	35983,93
Investimentos em curso	106777,28	481820,65		-143991,47		444606,46	444606,46
	111512,46	545361,41				656873,87	641990,65
Depreciações acumuladas					9		
Terrenos e Recursos Naturais							
Edificios e outras construções		3599,79				3599,79	
Equipamento básico	18,83	554,75				573,58	
Equipamento de transporte		3125,00		1		3125,00	
Equipamento biológico					1	The state of the s	
Equipamento administrativo	1301,62	2183,53				3485,15	
Outros activos fixos tangíveis	5,00	4094,70				4099,70	
	1325,45	13557,77				14883,22	

A SDMSA regista na rubrica - Investimentos em curso, valores referentes aos projectos e estudos prévios de arquitectura, geotecnia, projectos de licenciamento e execução e outras despesas indispensáveis à sua referida realização. Relativamente a esta rubrica, procedeu-se à imobilização dos juros e gastos de financiamentos associados aos empreendimentos em curso. Em 31 de Dezembro na SDMSA estavam em fase de construção as seguintes obras: remodelação e ampliação do mercado Municipal; construção de dois campos de ténis no complexo desportivo; construção da 2ª fase do parque industrial; construção de um parque de estacionamento junto à Câmara Municipal e manutenção de algumas estradas municipais. Relativamente a obras concluídas, deu-se por finalizada a 21 de Outubro de 2011 a obra relativa a Iluminação do Campo de Futebol no Complexo Desportivo. Nesta data, procedeu-se à transferência das Rubricas de "Investimentos em curso" o valor de 143.991,47 € relativo aos valores inerentes à construção/empreitada e aos montantes dos encargos financeiros na proporção da Obra.



J

Lough

6. Activos Intangíveis

A rubrica "Activos intangíveis" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2010 e 2011:

31 de Dezembro de 2010

Rúbreas	Saldo em 01-Jan-10	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo cm 34-Dcz-K)	Valor Ligudo
Custo Projectos de desenvolvimento (i) Software Propriedade industrial Outras activos intangiveis		1431,85				1431,85	993 <i>A</i> 2
		1431,85				1431,85	993,42
Depreciações Acumuladas Projectos de desenvolvimento (i) Software Propriedade industrial Outras activos intangíveis		438,43				438,43	
		438,43				438,43	

31 de Dezembro de 2011

Rúbrkas	Saldo cm 01-1an-11	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	P crdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-11	Valor Liquido
Custo							
Projectos de desenvolvimento (i)						1	
Software	1431,85					1431,85	516,2
Propriedade industrial					79	1.20,000	0,0,2
Outras activos intangíveis					Shippi		
	1431,85					1431,85	516,20
Depreciações Acumuladas							
Projectos de desenvolvimento (i)					To the same of the	1	
Software	438,43	477,22			-	915,65	
Propriedade industrial						,	
Outras activos intangíveis	1						
	438,43	477,22				915,65	

7. Clientes

A rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2010 e 2011:

Rúbricas	31-De	z-11	31-Dez-10		
***************************************	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	
Clientes					
Clientes conta corrente		16.652,16		50.536,47	
Clientes conta títulos a receber					
Clientes de cobrança duvidosa			derende		
8		16.652,16		50.536,47	
Perdas por imparidade acumuladas					
		16.652,16		50.536,47	

	31-De	ez-11	31-Dez-10		
Rúbricas	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados	
Clientes					
Clientes conta corrente Clientes conta títulos a receber Clientes de cobrança duvidosa	16.652,16		15.536,47	35.000,00	
	16.652,16		15.536,47	35.000,00	

O saldo etário de clientes apresentava a seguinte desagregação:

Rúbricas	0-30 días	31-60 dias	61-90 días	> 90 dias	Total
Clientes conta corrente Clientes outros	13.400,33	1.176,83	2.075,00		16.652,16
	13.400,33	1.176,83	2.075,00		16.652,16





8. Estado e Outros Entes Públicos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 8.75% sobre a matéria colectável até 12.500,00 euros, aplicando-se a taxa de 17,50% para a restante matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 Dezembro de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2011,a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Rúbricas	31-Dez-11	31-Dez-10
Activo		
Imposto s/ rend. pessoas colectivas (IRC)	7.520,07	
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	35.788,89	11.466,42
Outros impostos e taxas	770000	
	43.308,96	11.466,42
Passivo		
Imposto s/rend. das pess. colectivas (IRC)	New Control	3.102,89
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	OFF SQUARE STATE OF SQUARE STATE	
Imposto s/ rend. pessoas singulares (IRS)	721,87	597,91
Contribuições para Reg. de Proteção Social	3.252,89	2.241,49
Outros impostos e taxas		
	3.974,76	5.942,29

No exercício 2010 e 2011, os resultados obtidos geraram imposto corrente a pagar de IRC.

Rúbricas	31-Dez-11	31-Dez-10
Imposto sobre o Rendimento		
Imposto Corrente	5.755,48	3.101,22
Tributações Autonomas	427,63	1,67
Imposto Diferido		
Outros impostos e taxas		
	6.183,11	3.102,89

9. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2011, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-De	z-11	31-Dez-10		
***************************************	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	
Adiantamento ao Pessoal				1.629,30	
Fornecedores		207,26		216,65	
Acrecimos Rendimentos		54.853,24	***		
Juros a Receber		54.853,24			
		55.060,50		1.845,95	
Perdas por imparidade acumuladas	_				
		55.060,50		1.845,95	

July

y

Jeey A

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2011, a rubrica "Diferimentos" tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-11	31-Dez-10
Diferimentos (Activo)		### 35 min = 043 min 32 min
Valores a facturar		
Seguros pagos antecipadamente	6.799,54	5.045,16
Juros a pagar		
Outros gastos a reconhecer	500,35	373,94
	7.299,89	5.419,10
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer		

11. Capital social realizado

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social ou estatutário encontrava-se integralmente subscrito e realizado As pessoas colectivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2011, eram as seguintes:

			Stables - Stable	The state of the s	I
Accionistas	% Cap. Subsc.	Acções Subsc.	% Cap, Realiz.	Cap.por realiz.	
Camara Municipal de Vila do Porto	100,00%		100,00%		

12. Reservas

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2011, a rubrica "Reservas" apresentava a seguinte composição:

31 de Dezembro de 2010

Rúbricas	Saldo em 01-jan-10	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-Dez-10
Reservas Reservas Legais			dela reserva		
Reservas Livres Outras Reservas					_

31 de Dezembro de 2011

Rúbricas	Saldo em 01-Jan-11	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-Dez-11
Reservas Reservas Legais Resevas Livres Outras Reservas		2.054,33			2.054,33
		2.054,33			2.054,33

O saldo a 31 de Dezembro de 2011 relativo à rubrica "Reservas Legais", resulta a aplicação do Resultado Liquido do Exercício de 2010 conforme Acta nº 13 respeitante à Reunião do Conselho de Administração.

0

- Jeel

13. Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica "Resultados Transitados" apresentava a seguinte composição:

Rúbricas	
Saldo a 01-Jan-10	
Alterações no período (2010)	
Transferência excedentes de reval.	
2. Transferência reservas origem reval.	
3. Transferência resultados transitados	
4. Imposto diferido excedente revalorização	
5. Aplicação resultados 2009	
Saldo em 31-Dez-10	
Alterações no período (2011)	
Primeira adopção novo ref. contabilístico	
2. Realização excedente de reval.	
3. Imposto diferido excedente reval.	
4. Imposto diferido subsídios ao invest.	
5. Aplicação resultados 2010	18.488,98
Saldo em 31-Dez-10	18.488,98

O saldo a 31 de Dezembro de 2011 relativo à rubrica "Resultados Transitados", resulta a aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2010 conforme Acta nº 13 respeitante à Reunião do Conselho de Administração.

14. Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2011, a rubrica "Financiamentos obtidos" tinha a seguinte composição:

	31-De	31-Dez-11		z-10
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m/l prazo Contas caucionadas Descobertos bancários contratados Locações financeiras Outros empréstimos	4.361.800,00		4.361.800,00	
	4.361.800,00	-	4.361.800,00	

O empréstimo bancário de m/l prazo destinavam-se ao financiamento das obras que a empresa irá realizar, nomeadamente remodelação e ampliação do mercado municipal; construção de dois campos de ténis no complexo desportivo; Iluminação do Campo de Futebol no Complexo desportivo; Construção da 2ª fase do parque industrial; construção de um parque de estacionamento junto à Câmara Municipal e Manutenção de algumas estradas municipais.

Os financiamentos obtidos não correntes estão contratados com os seguintes prazos de reembolsos:

Plano de reembolso	Capital	Juros	Total
Menos de um ano		216.256,96	216.256,96
1 a 2 anos		214.469,72	214.469,72
2 a 3 anos		214.469,72	214.469,72
3 a 4 anos	181.708,34	212.264,25	393.972,59
4 a 5 anos	191.119,11	203.215,44	394.334,55
Mais de 5 anos	3.988.972,55	1.582.222,92	5.571.195,47
	4.361.800,00	2.642.899,01	7.004.699,01



Tee!

As amortizações de capital são semestrais e a primeira amortização inicia-se em Junho de 2015, procedendo-se apenas à liquidação de juros nos anos de 2011 a 2014. De acordo com os contratos e respectivos planos financeiros, o empréstimo de m/l prazo ficam integralmente amortizados no ano de 2030.

4-

15. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2011, a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-11	31-Dez-10
Fornecedores conta corrente Fornecedores conta títulos a pagar Fornecedores recepção e conferência Fornecedores outros	36.027,99	36.648,20
	36.027,99	36.648,20

	31-D	ez-11	31-Dez-10	
Rúbricas	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores Fornecedores conta corrente Fornecedores conta títulos a pagar Fornecedores recepção e conferência Fornecedores outros	36.027,99		36.648,20	
	36.027,99		36.648,20	

O saldo etário de fornecedores apresentava a seguinte desagregação:

Rúbricas	0-30 dias	31-60 dias	61-60 dias	> 90 días	Total
Fornecedores conta corrente Fornecedores outros	35.658,80	369,19	TO A PARTY OF THE		36.027,99
	35.658,80	369,19			36.027,99

16. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2011, a rubrica "Outras contas a pagar" tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-De	z-11	31-Dez-10	
RUDIRAS	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras contas a pagar				
Fornecedores de Investimentos		351.991,84	and the same of	87.455,22
Férias e Subs. Férias		16.519,87		24.732,47
Juros a liquidar		6.090,60		7.640,68
Outros acréscimos de gastos		4.826,11		2.895,48
Outros devedores e credores		477,61	- Promise a	104,94
		379.906,03		122.828,79



Jee of

17. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2011 foram os seguintes:

		31-Dez-11			31-Dez-10	
Rúbricas	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorías						
Biblioteca - Feira do Livro	7.346,88		7.346,88			
Prestação de serviços					i	
Parque de Campismo	38.489,85		38.489,85	38.386,75		38.386,73
Promoção e Desemvolvimento Turistico	8.490,00		8.490,00	7.631,00		7.631,00
Complexo Desportivo	31.072,20		31.072,20	15.099,96		15.099,96
Mercado Municipal	5.591,84		5.591,84	2.487,56		2.487,56
	90.990,77		90.990,77	63.605,27		63.605,27

O volume de negócios da SDMSA resulta das diferentes áreas de actuação, nomeadamente: Organização de Feira do Livro, da exploração do parque de campismo da praia Formosa, da concessão e promoção turística da Ilha de Sta Maria, da exploração do complexo desportivo de Vila do Porto e finalmente da concessão de espaços do Mercado Municipal.

18. Subsídios à Exploração

Os subsídios à exploração no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e de 2011 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-11	31-Dez-10
Subsídio		
Contrato Programa - Promoção Ilha Sta Maria	150.000,00	150.000,00
Contrato Gestão	338.000,00	135.000,00
Outros subsídios		
	488.000,00	285.000,00

A SDMSA tem contratualizados subsídios à exploração com a Câmara Municipal de Vila do Porto, designadamente um contrato programa para a promoção da ilha de Santa Maria que prevê uma transferência de 150.000,00€, já reconhecido e recebido no ano de 2011 e um Contrato de Gestão, que prevê a transferência de 338.000,00€ para o ano de 2011, os quais já foram reconhecidos e arrecadados no exercício de 2011.

19. Custo das vendas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumídas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2011 foi o seguinto:

		31-Dez-11			31-Dez-10		
Rúbricas	Matérias- primas, subsidiárias e de corsumo	Mercadorias	Total	Matérias- primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	
Saldo inicial em 1 de Janeiro Regularizações							
Compras		7.061,16	7.061,16				
Custo de vendas		7.061,16	7.061,16				
Saldo final em 31 de Dezembro							

Steel

4

Jeel Co

20. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e de 2011 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-11	31-Dez-10
Subcontratos	2.240,77	
Serviços especializados	66834,17	53253,34
Materiais	13201,76	24817,82
Energia e fluídos	72923,63	33458,33
Deslocações, estadas e transportes	33003,09	8555,97
Serviços diversos	126337,64	90533,88
Animação Cultural / Act. Recreativas	96690,69	81823,89
Limpeza, higiene e conforto	9663,31	5814,34
Seguros	7166,45	240,00
	314.541,06	210.619,34

^{*:} Desagregar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

21. Gastos com Pessoal

Em 31 de Dezembro a empresa contava 13 trabalhadores. No exercício de 2010 foi de 5. O número médio de empregados no exercício de 2011 foi 14, mais 7 face ao ano anterior.

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foi a seguinte:

Rúbricas	31-Dez-11	31-Dez-10
Remunerações dos orgãos sociais		
Remunerações do pessoal	161752,18	93682,89
Beneficios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	30962,57	17785,85
Seguros	2962,14	1001,94
Gastos de acção social		
Outros gastos com pessoal	9.214,78	
	204.891,67	112.470,68

22. Outros rendimentos e ganhos

Os gastos com pessoal no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e de 2011 foram os seguintes:

Rúbricas	31-Dez-11	31-Dez-10
Rendimentos suplementares	1.603,94	
Descontos de pronto pagamento obtidos	46,58	296,56
Recuperação de dividas a receber		
Ganhos em inventários		
Rend. e ganhos nos restantes activos fin.		
Rend. e ganhos em inv. não financeiros		
Outros rendimentos e ganhos	60,83	2,96
	1.711,35	299,52

Os valores registados na rubrica "Rendimentos Suplementares" referem-se essencialmente aos valores cobrados relativos a cadernos de encargos e registos.

J.

Ley

23. Outros gastos e perdas

Esta rubrica apresentava em 31 de Dezembro de 2010 e de 2011 os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-11	31-Dez-10	
Impostos	895,55	79,66	
Descontos de pronto pagamento concedidos			
Divídas incobráveis			
Perdas em inventários			
Gastos e perdas em subs. e associadas			
Gastos e perdas nos restantes activos fin.	100,00		
Gastos e perdas em inv. não financeiros			
Outros gastos e perdas	2.445,64	325,03	
	3.441,19	404,69	

A quantía registada na rubrica de impostos refere-se a imposto de selo, já o valor registado na rubrica "Gastos e perdas nos restantes activos financeiros" (100,00€) refere-se ao roubo registado no caixa do parque de campismo, conforme auto da participação emitido pelas autoridades locais.

Relativamente ao valor da rubrica de "Outros gastos e perdas", este deveu-se essencialmente a correções relativas a exercícios anteriores.

24. Gastos de depreciação

Esta rubrica apresentava em 31 de Dezembro de 2010 e de 2011 os seguintes valores:

Rúbricas		31-Dez-11		31-Dez-10		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento		1		- Contract		The second second second
Activos fixos tangiveis	13.557,77	+	13.557,77	1.325,45		1.325,45
Edifícios e outras construções	3.599,79		3.599,79	NO.		
Equipamento basíco	554,75		554,75	18,83		18,83
Equipamento Transporte	3.125,00	1	3.125,00			, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
Equipamento administrativo	2.183,53		2.183,53	1.301,62		1,301,62
Outros activos fixos tangiveis	4.094,70		4.094,70	5,00		5,00
Activos intangiveis	477,22	-	477,22	438,43		438,43
Programas de Computador	477,22		477,22	438,43		438,43
	14.034,99	-	14.034,99	1.763,88		1.763,88

A SDMSA procede à depreciação dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis conforme nota 3.4 do presente anexo.

25. Resultados financeiros

Esta rubrica apresentava em 31 de Dezembro de 2010 e de 2011 os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-11	31-Dez-10
Juros e rendimentos similares obtidos Juros obtidos Dividendos obtidos Outros rendimentos similares		
Juros e gastos similares suportados	-	
Juros suportados Outros Juros Outros gastos e perdas de financiamento	10,25	
	10,25	
Resultados financeiros	-10,25	



J

26. Partes relacionadas

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e de 2011, registaram-se as seguintes transacções com partes relacionadas:

31-Dez-11	31-Dez-10	
150.000,00 338.000,00	150.000,0 135.000,0	
	150.000,00	

Saldos	31-Dez-11	31-Dez-10
Contas a receber Camara Municipal Vila do Porto		35.000,0 0
Contas a pagar Camara Municipal Vila do Porto		
Empréstimos concedidos Empréstimos obtidos		

As "Partes Relacionadas" englobam a entidade - mãe "Câmara Municipal de Vila do Porto".

O Conselho de Administração ou pessoal chave de gestão não foram remunerados conforme nota 18. A Presidência e Vice-Presidência do Conselho de Administração esteve a cargo, respectivamente, do Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, Carlos Henrique Lopes Rodrigues, e do Vice - Presidente Roberto Furtado Lima de Sousa.

O Técnico Oficial de Contas

O Conșelho de Administração

Ecquiel Arceijo

X

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

1200/

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

of.

Senhores Accionistas:

- De acordo com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso Relatório e Parecer sobre a fiscalização das contas da sociedade S.D.M.S.A. – Sociedade de Desenvolvimento Municipal de Santa Maria, E.E.M., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
- 2. No desempenho das nossas funções, acompanhamos durante o exercício com a regularidade e extensão consideradas convenientes, as actividades da Empresa, e procedemos, por amostragem e com a profundidade necessária à verificação e análise dos registos contabilísticos e documentos de suporte e de valores patrimoniais, tendo sempre obtido da Administração e dos Serviços da Empresa todas as informações e esclarecimentos que lhe solicitamos.
- 3. O Relatório da Administração e as Contas explanam com suficiência e clareza a evolução das actividades da Empresa no exercício em apreço, pelo que consideramos que os mesmos satisfazem as disposições legais e estatutárias e reflectem a sua situação financeira, pelo que emitimos nesta data a respectiva Certificação Legal das Contas, cujo texto faz parte integrante deste relatório.
- Foram cumpridas as formalidades legais e os estatutos da sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização da sociedade.
- 5. Neste sentido somos de PARECER que os Senhores Accionistas:
 - a) Aprovem o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
 - b) Aprovem a Proposta de aplicação dos resultados obtidos, contida no Relatório de Gestão;
 - c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade.

Porto, 26 de Março de 2012

Marques da Cunha, Arlindo Duarte

Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha - ROC N.º 859

em representação de

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, SROC, Lda. – S.R.O.C. N.º 52

7

VIII - Certificação Legal de Contas

110/0

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

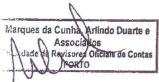
1. Examinámos as demonstrações financeiras de S.D.M.S.A. – Sociedade de Desenvolvimento Municipal de Santa Maria, E.E.M., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 4.882.791 Euros e um total de capital próprio de 101.082 Euros, incluindo um resultado líquido de 30.539 Euros) e as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa e Demonstração das alterações no capital próprio, do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

RESPONSABILIDADES

- 2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opini\u00e3o profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstra\u00f3\u00f3es financeiras.

ÂMBITO

- 4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;



Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação,
 tendo em conta as circunstâncias:
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de S.D.M.S.A. – Sociedade de Desenvolvimento Municipal de Santa Maria, E.E.M., em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 26 de Março de 2012

Marques da Cunha Artindo Duartele Associados

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados - SROC, LDA. - SROC No. 52

representada por

Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha - ROC No. 859